

Federal de 1.º Grau - Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com o adicional de qualificação (graduação), previsto nos arts. 14, § 6.º, e 15, inciso VI, § 1.º, da Lei n.º 11.416/2006.

Des. MAIRAN GONÇALVES MAIA JUNIOR

ATO Nº 3.314, DE 30 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, item I, letra "b", da Constituição da República, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 0006982-42.2015.4.03.8000 - SEI, em cumprimento ao Acórdão n.º 1.296/2011-TCU-Plenário, publica, neste veículo de imprensa, a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, concedida por meio do Ato n.º 12.818, de 12 de maio de 2015, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3.ª Região em 22 de maio de 2015, e publicado no primeiro dia útil subsequente, conforme texto a seguir:

Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, à servidora MAFALDA TAVARES DE OLIVEIRA, Registro Funcional nº 963, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 13, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com a vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no artigo 62-A da Lei nº 8112/90, com redação dada pela Medida Provisória nº 2225-45/2001, incorporada nos critérios da redação original do artigo 62, § 2º, da Lei nº 8112/90, combinado com o artigo 3º da Lei nº 8911/94, e nos termos do artigo 3º da Lei nº 9624/98.

Des. MAIRAN GONÇALVES MAIA JUNIOR

ATO Nº 3.317, DE 30 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, item I, letra "b", da Constituição da República, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 0012471-47.2021.4.03.8001 - SEI, resolve:

Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA, com proventos integrais, nos termos do art. 20 da EC n.º 103/2019, observados o § 2.º, inciso I, e o § 3.º, inciso I, do referido artigo, à servidora MARCIA REGINA VERA LINO, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de 1.º Grau - Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com a vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112/1990, com redação da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, incorporada nos critérios da redação original do art. 62, § 2º da Lei nº 8.112/1990, combinado com o art. 3º da Lei nº 8.911/1994, e nos termos do art. 3º da Lei nº 9.624/1998 e com o adicional por tempo de serviço, previsto no art. 67 da Lei nº 8.112/1990 e alterações posteriores.

Des. MAIRAN GONÇALVES MAIA JUNIOR

ATO Nº 3.318, DE 1º DE JULHO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, item I, letra "b", da Constituição da República, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 0012560-20.2014.4.03.8000 - SEI, em cumprimento ao Acórdão n.º 1.296/2011-TCU-Plenário, publica, neste veículo de imprensa, a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, concedida por meio do Ato n.º 12.415, de 01 de agosto de 2014, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3.ª Região em 07 de agosto de 2014, e publicado no primeiro dia útil subsequente, conforme texto a seguir:

Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, à servidora MARIA DE LOURDES CECCO, Registro Funcional nº 999, ocupante do cargo de Analista, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 13, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com a vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no artigo 62-A da Lei nº 8112/90, com redação dada pela Medida Provisória nº 2225-45/2001, incorporada nos critérios da redação original do artigo 62, § 2º, da Lei nº 8112/90, combinado com o artigo 3º da Lei nº 8911/94, e nos termos do artigo 3º da Lei nº 9624/98.

Des. MAIRAN GONÇALVES MAIA JUNIOR

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

ATO Nº 624, DE 28 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo 0004180-34.2021.4.04.8000, resolve:

Incluir na fundamentação legal do Ato nº 409/97, publicado no DJU, Seção II, de 05/06/97, e, posteriormente, alterado pelo Ato nº 20/2009, publicado no PE/TRF4 de 28/01/2009, que concedeu aposentadoria voluntária, por idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à servidora ALCERY MARIA DE OLIVEIRA SILVA, matrícula 10455, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, Classe C, Padrão 13, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o disposto no art. 190 da Lei 8112/90, com a redação dada pela Lei 11907/2009, e a consequente ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, a teor do disposto no artigo 6º, inciso XIV, da Lei 7713/88, com a redação conferida pela Lei 11052/2004, com efeitos financeiros a partir de 11/11/2020, data do diagnóstico da doença, conforme Laudo de Perícia Médica, observado o teto constitucional previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 8º da EC 41/2003.

RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 311, DE 22 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o disposto no art. 37, da Lei 8.112, de 11.12.1990 c/c Resolução TSE nº 23.563, de 12.04.2018, bem como o teor do Processo Administrativo Digital - PAD nº 1312/2021, resolve:

PORTARIA Nº 451, DE 28 DE JUNHO DE 2021

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, considerando o Concurso de Remoção nº 22/2021/TRE-PE/PRES/DG/SGP/COPED/SELOG; e considerando as Portarias nº 296, 399 e 421/2021/TRE-PE/PRES/DG/SGP/COPED/SELOG, resolve

determinar o registro das dispensas e designações referentes às funções comissionadas dos servidores, conforme descrito abaixo, em virtude das remoções constantes das portarias em destaque.

Ofício Nº	SEI Nº	FC Nº	SERVIDOR(A) DISPENSADO(A)	SERVIDOR(A) DESIGNADO(A)	PORTARIA DE REMOÇÃO	A CONTAR DE	
Ofício 4067/2021/ZE019	nº	0012185-57.2021.6.17.8019	FC-6	DINAICA NHIUSRR ALMEIDA MONTEIRO	ISABELA DUARTE MELO	399/2021	09.06.2021
Ofício 4136/2021/ZE028	nº	0012409-65.2021.6.17.8028	FC-6	GEORGE CLÉBERTON MATOS	ALBERES GREGÓRIO DA SILVA	421/2021	21.06.2021
Ofício 3875/2021/ZE084	nº	0011628-69.2021.6.17.8084	FC-1	VALESCHKA MARIA GOIANA SIMEÃO	AUCIOMAR FERREIRA PONTES JÚNIOR	296/2021	01.06.2021

Des. CARLOS FREDERICO GONÇALVES DE MORAIS

Art. 1º REDISTRIBUIR o cargo ocupado pela servidora FLAVIA REGINA COSTA RAMOS ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário - área administrativa, vaga nº 32, criada pela Lei nº 10.842, de 20.02.2004, do quadro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, para o quadro permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, recebendo por reciprocidade, para este Regional, o cargo de Técnico Judiciário - área administrativa, integrado ao TJDFT por meio da Resolução nº 02/1994, publicada no DJ em 16.02.1994, com o enquadramento para a área atual estabelecido pela Portaria SEG 91, publicada no Boletim Interno do TJDFT de 05.09.2007, vago em virtude da aposentadoria da servidora SUELI VIEIRA DOS SANTOS, por meio da Portaria GPR 236, publicada no Diário Oficial da União em 11/02/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA PRESI Nº 92, DE 5 DE JULHO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e o que consta do Procedimento Administrativo Nº 0006025-43.2021.6.07.8100, resolve:

Dispensar, a partir de 29/6/2021, o servidor YVES LUAN CARVALHO GUACHALA, Analista Judiciário/Área Judiciária, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, da função comissionada de Assistente I, código FC-1, da Coordenadoria de Registros de Partidos Políticos e Gestão da Informação da Secretaria Judiciária.

Des. HUMBERTO ADJUTO ULHÔA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 153 TRE-PB/PTRE/ASPRE, DE 28 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, , resolve:

Art. 1º DECLARAR VAGO, em razão de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990, o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - SEM ESPECIALIDADE do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, criado pela Lei n.º 8.868 de 14 de abril de 1994, ocupado pela servidora Alana Mendonça Oliveira Sobral, nomeada pela Portaria TRE-PB n.º 480/2016, de 10/06/2016, publicada no Diário Oficial da União em 13/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de julho de 2021.

Des. JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO

PORTARIA Nº 156 TRE-PB/PTRE/ASPRE , DE 2 DE JULHO DE 2021

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Tribunal, e considerando o que consta do Processo SEI nº 0005468-59.2021.6.15.8027. resolve:

EXONERAR, a pedido, TALES SALES DA SILVA, do cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa, matrícula 0636, do Quadro Permanente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE/PB, ora lotado na 27ª Zona Eleitoral - Taperoá/PB, nos termos dos arts. 33, I, e 34, ambos da Lei nº 8.112/90, com efeitos a partir de 01/07/2021 e, por conseguinte, declarar vago, a partir desta data, o cargo ocupado pelo servidor.

Des. JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 314, DE 30 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso XXX do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando o contido no Processo Administrativo Digital nº 15941/2017, resolve:

Art. 1º Dispensar o servidor JULIO CEZAR GARCIA LIMA, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada de Assistente I da Seção de Administração de Sistemas, FC-1.

Art. 2º Designar o servidor EDUARDO QUINALHA, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Apoio Especializado Operação de Computadores, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Assistente I da Seção de Administração de Sistemas, FC-1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TITO CAMPOS DE PAULA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 429, DE 21 DE JUNHO DE 2021

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, considerando a exoneração da servidora KÁTIA GALINDO MALAQUIAS ROMIJN, de acordo com os termos da Portaria nº 214/2021/SELOG; considerando a Informação ASCAI nº 8861/2021 e o Despacho DG nº 1514899/2021, registrados no SEI nº. 0026023-61.2020.6.17.8000; considerando a extinção do Cargo em epígrafe, para atender a Resolução 385/CNJ, resolve

a) dispensar a servidora ADRIANA OLIVEIRA BEZERRA DE MENEZES da função comissionada, FC-1, de Assistente I da ASCAI -- Assessoria de Cerimonial e Assuntos Institucionais e designá-la provisoriamente para exercer o Cargo Comissionado, CJ-2, de Assessora-chefe da ASCAI, no período entre 15.04.2021 e 08.06.2021;

b) fazer constar que a servidora designada, de fato, exerceu as atribuições do referido Cargo em Comissão, naquele interstício, assegurando-lhe o direito à correspondente remuneração.

Des. CARLOS FREDERICO GONÇALVES DE MORAIS

